



GEDES

Grupo de Estudos de Defesa e
Segurança Internacional

**OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE
DEFESA E FORÇAS ARMADAS**

INFORME BRASIL Nº 27/2021

Período: 31/07/2021 - 06/08/2021

GEDES – UNESP/UNIFESP

- 1- Coronel da reserva fez comentários sobre urnas eletrônicas junto a Bolsonaro e Tribunal Superior Eleitoral abriu inquérito para apurar conduta do presidente
- 2- Retomada das atividades no STF contemplará discussão de ameaças feitas por Braga Netto
- 3- Colunas e entrevista avaliam discursos de militares e a conjuntura política
- 4- Gravações confirmaram lobby de militar para empresa de vacinas
- 5- Periódicos indicam que a ala militar no governo perdeu terreno para o chamado "Centrão"
- 6- Pensões a dependentes de ex-ministros do Superior Tribunal Militar somaram gasto público bilionário
- 7- Justiça Federal determinou abertura de investigação contra colégio militar
- 8- Comissão Parlamentar de Inquérito da covid-19 continuará investigações contra oficiais das Forças Armadas
- 9- Jornais retrataram perseguições durante a ditadura militar
- 10- Em entrevista, capitão da Polícia Militar abordou a influência do ideário das Forças Armadas na segurança pública
- 11- Jornal entrevistou general que chefia a Secretaria de Segurança Pública do estado de São Paulo
- 12- Coluna discutiu o uso da bandeira nacional na história do Brasil
- 13- Orçamento de Defesa é alvo de discussão
- 14- Livro analisa volta de militares ao poder
- 15- Operações contra o desmatamento na Amazônia incluem uso de drones
- 16- Secretária do Ministério da Saúde solicitou auxílio militar em operação a favor de tratamento ineficaz para a covid-19
- 17- Estados Unidos propõe cooperação militar em troca de banimento de empresas chinesas do mercado de 5G brasileiro

1- Coronel da reserva fez comentários sobre urnas eletrônicas junto a Bolsonaro e Tribunal Superior Eleitoral abriu inquérito para apurar conduta do presidente

De acordo com os periódicos *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, o coronel da reserva do Exército, Eduardo Gomes da Silva, participou de transmissão ao vivo do presidente da República, Jair Bolsonaro, sobre as urnas eletrônicas em 29/07/21. Gomes da Silva foi apresentado por Bolsonaro como "analista de inteligência" e o presidente afirmou que o coronel estava retransmitindo informações que lhe foram passadas por outra pessoa, que optou por não aparecer devido a "muita preocupação pela sua exposição". Segundo O

Estado, o coronel, que já foi oficial de inteligência do Centro de Inteligência do Exército (CIE), foi indicado a um cargo no Palácio do Planalto em 2020 pelo general da reserva Luiz Eduardo Ramos, à época chefe da Secretaria de Governo. Posteriormente, Gomes da Silva acompanhou Ramos para o novo cargo de assessor especial da Casa Civil, onde permanece até hoje. Segundo oficiais ouvidos pelo jornal, o coronel já demonstrava simpatia por Bolsonaro enquanto estava na ativa, em 2018, "patrulhando" grupos virtuais de militares contra "críticos da partidização". Durante a transmissão, o coronel afirmou que as urnas têm "problemas" e precisam de "melhorias", sem apresentar provas dessas afirmações. A *Folha*, *O Estado* e o *Correio Braziliense* noticiaram que o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) decidiu por unanimidade abrir um inquérito administrativo para investigar as acusações proferidas por Bolsonaro contra o sistema eleitoral, sem apresentar nenhuma prova. Em sessão, o presidente Supremo Tribunal Federal (STF), Luiz Fux, afirmou que o Judiciário precisa "vislumbrar o momento adequado para erguer a voz diante de eventuais ameaças", e chegou a mencionar as Forças Armadas em seu discurso, em decorrência das últimas falas do ministro da Defesa, general Walter Souza Braga Netto, mas desistiu, e por fim reforçou a importância de respeitar a constituição. O presidente do TSE, Luís Roberto Barroso, destacou que o Brasil está à beira de uma "erosão democrática", e apesar de não mencionar diretamente, as mensagens de Fux e Barroso deixaram em evidência seus alvos, que segundo *O Estado*, inclui as Forças Armadas. Em editorial, *O Estado* ressaltou a importância de "finalmente", o judiciário "passar da palavra à ação, [...] cumprindo seu papel institucional". Em coluna opinativa ao *Correio*, o jornalista Luiz Carlos Azevedo criticou a postura de Bolsonaro, que se vê como figura inquestionável, e ressaltou que o poder instalado na Presidência é institucional, "sujeito aos freios e aos contrapesos dos demais poderes", e o Brasil é uma democracia de massas, consagrada pela constituição de 1988. Azevedo colocou o regime militar como paradigma do presidente, e o caracterizou como um conspirador contra a alternância do poder, pois não há outra maneira de explicar seu posicionamento de ataque às instituições, inclusive àquela que o elegeu. Azevedo também ponderou sobre as manobras de Bolsonaro no que diz respeito às eleições e à atuação dos militares. Em sua visão, Bolsonaro se apoia nas Forças Armadas e no Centrão, enquanto busca minar o poder do STF e do TSE, usando como ferramentas a descentralização da apuração das eleições e a adoção do voto impresso. Ademais, Azevedo argumentou que, consciente que as Forças Armadas não estão dispostas a interferir nas eleições, Bolsonaro busca acirrar a crise entre as alas mais saudosistas do regime militar e o STF, de modo a dificultar a realização do pleito em 2022. Em coluna ao mesmo periódico, o jornalista André Gustavo Stumpf classificou a política do presidente como a de "nível mais baixo desde que o Brasil se tornou independente", comprometendo negociações e demonstrando uma má educação em seus relacionamentos. Segundo Stumpf, Bolsonaro se elegeu sem projeto de Brasil, sustentando ideias religiosas, reacionárias e negacionistas, e instaurou um governo de intenso envolvimento militar, militares esses que vem se desgastando diante da opinião pública, e se envolvendo no governo de maneira constrangedora, resultado da "jogação" de militar contra militar promovida pelo presidente. (*Correio Braziliense* - Opinião - 03/08/21; *Correio Braziliense* - Política - 03/08/21; *Correio Braziliense* - Política - 06/08/21; *Folha de S. Paulo* - Poder - 31/07/21; *Folha de S. Paulo* -

Poder - 03/08/21; O Estado de S. Paulo - Política - 31/07/21; O Estado de S. Paulo - Especial - 04/08/21; O Estado de S. Paulo - Política - 03/08/21)

2- Retomada das atividades no STF contemplará discussão de ameaças feitas por Braga Netto

Os jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* noticiaram que a retomada das atividades no Supremo Tribunal Federal (STF) contemplará discussões sobre as ameaças feitas pelo general Walter Souza Braga Netto, ministro da Defesa, sobretudo sobre o “recado” dado ao presidente da Câmara dos Deputados acerca da impossibilidade de realização das eleições de 2022 sem a aprovação do voto impresso. De acordo com a *Folha*, o relator do caso, o ministro Gilmar Mendes, já se manifestou nas redes sociais exigindo respeito às instituições por parte das Forças Armadas. Segundo *O Estado*, além de Gilmar Mendes, o presidente do STF, ministro Luiz Fux, vem sendo pressionado para se manifestar sobre a declaração de Braga Netto de que “não haveria eleições em 2022 se não houvesse voto impresso e auditável”. Fux pretende utilizar o tradicional discurso de retomada dos julgamentos após o recesso do Judiciário, no dia 02/07/21, para “destacar que os Poderes não podem extrapolar seu papel”, além de exaltar a “importância da estabilidade democrática”, reafirmando que não admitirá ruptura institucional. Ainda de acordo com o periódico, Fux avaliou, em conversas reservadas, a possibilidade de citar as Forças Armadas e Braga Netto em seu discurso, ou manter o tom “mais genérico” para evitar animosidade com as Forças Armadas. Em seu editorial, o *Estado* avaliou o comentário de Braga Netto: é “um atentado contra o regime democrático a tentativa de impor alguma condição para a realização das eleições”. Ainda segundo *O Estado*, no dia 03/08/21, a Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público da Câmara aprovou a convocação de Braga Netto, com o intuito de ouvir as explicações do ministro acerca de suas declarações. Conforme publicado pela *Folha de S. Paulo*, no dia 04/08/21, o requerimento foi protocolado pelo deputado Rogério Correia (PT-MG) e a previsão é para que o depoimento ocorra no dia 17/08/21. De acordo com o *Correio Braziliense*, o procurador-geral da República, Antônio Augusto Brandão de Aras, está sofrendo pressões internas em razão de seu “silêncio” perante os “ataques de Jair Bolsonaro às instituições”. Segundo subprocuradores ouvidos pelo periódico, essa “postura excessivamente discreta” não deverá continuar por muito tempo, já que “quanto menos o procurador age, mais os outros Poderes se movimentam”. O *Correio* ressaltou que “para piorar”, Gilmar Mendes determinou que a Procuradoria Geral da República (PGR) se manifeste sobre os pedidos de investigação contra Braga Netto e suas declarações sobre o voto impresso. (*Correio Braziliense* - Política - 02/08/21; *Folha de S. Paulo* - Poder - 01/08/21; *Folha de S. Paulo* - Poder - 04/08/21; *O Estado de S. Paulo* - Política - 31/07/21; *O Estado de S. Paulo* - Opinião - 01/08/21; *O Estado de S. Paulo* - Política - 04/08/21)

3- Colunas e entrevista avaliam discursos de militares e a conjuntura política

Em coluna opinativa para o periódico *Folha de S. Paulo*, o geógrafo Demétrio Magnoli afirmou que “os golpistas brasileiros” no entorno do presidente da República, Jair Bolsonaro, utilizam a palavra liberdade como senha para

reconhecerem uns aos outros, citando como exemplo a nota recente do ministro da Defesa, general Walter Souza Braga Netto, e outra anterior, assinada em conjunto com os comandantes do Exército, da Marinha e da Aeronáutica em repúdio às declarações do senador Omar Aziz, na qual afirmaram o compromisso das Forças Armadas com a "liberdade do povo brasileiro". Magnoli destacou que as afirmações funcionam, por um lado, para testar a tolerância do Congresso Nacional e do Supremo Tribunal Federal (STF) diante da ameaça, e de outro, "enviam sinais para grupos bolsonaristas em quartéis militares e policiais" para indicar claramente sua posição política. Em análise, a *Folha* avaliou a atual conjuntura do governo Bolsonaro, apontando a impopularidade do presidente. Em uma parte do texto, também comparou Bolsonaro ao ex-presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, lembrando como após perder as eleições para Joe Biden em 2020, o então mandatário estadunidense - apontado também como um ídolo e "prole" de Bolsonaro - promoveu "a farsa da intentona de 6 de janeiro", isto é, provocar uma massa de pessoas a invadir à força o Legislativo estadunidense para impedir a confirmação de posse de Biden. Mesmo com o fracasso do intento, ainda assim houve danos institucionais e repercussões, como uma manifestação anti-golpista dos chefes das Forças Armadas dos Estados Unidos. Nisso, a análise apontou que o Ministério da Defesa - liderado por Braga Netto - está indo "na direção contrária" ao que os norte-americanos fizeram. Por outro lado, o jornal também afirmou que os comandantes das Forças brasileiras ainda assim prometem legalismo, mesmo que de forma discreta e longe do público. Em entrevista ao *Correio Braziliense*, o ex-deputado federal Alberto Fraga afirmou que pelo fato de os militares não serem "treinados" à prática política, eles cometem erros, pois essa prática exige habilidade que a formação militar não proporciona. O ex-parlamentar, que indicou ainda apoiar o presidente da República, considerou a pandemia como o principal vetor de desgaste do governo Bolsonaro e avaliou que foi um erro nomear um ministro da Saúde que não é médico e que inseriu muitos militares - e não técnicos em saúde - em postos chave do Ministério. Fraga justificou que possivelmente Bolsonaro nomeou militares para a pasta da Saúde a fim de acabar com a corrupção, já que militares, na visão de Fraga, apesar da pouca ou nula habilidade política, são disciplinados e fiéis. (*Correio Braziliense* - Política - 03/08/21; *Folha de S. Paulo* - Poder - 31/07/21; *Folha de S. Paulo* - Poder - 02/08/21)

4- Gravações confirmaram lobby de militar para empresa de vacinas

Segundo o jornal *O Estado de S. Paulo*, o representante da empresa Davati Medical Supply, Cristiano Alberto Hossri Carvalho, entregou à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da covid-19 gravações de áudio enviadas a ele pelo tenente-coronel da reserva do Exército e ex-assessor do Departamento de Logística do Ministério da Saúde, Marcelo Blanco. Nas gravações, Blanco instruiu Carvalho sobre como redigir um e-mail e para qual endereço eletrônico institucional deveria remetê-lo para acessar seu ex-chefe no Ministério da Saúde, Roberto Dias, e vender 400 milhões de doses inexistentes de vacina contra a covid-19. O tenente-coronel afirmou ao periódico que não negociou vacinas, e que sua orientação se tratava apenas de "dar uma clareza e uma transparência de um ato lícito". (*O Estado de S. Paulo* - Política - 31/07/21)

5- Periódicos indicam que a ala militar no governo perdeu terreno para o chamado “Centrão”

Segundo o periódico *Folha de S. Paulo*, a escolha do senador Ciro Nogueira (PP-PI) para o cargo de ministro-chefe da Casa Civil, retirando o general Luiz Eduardo Ramos do posto, se revelou como representação sintomática da abertura dada às forças do “Centrão” em contraposição à base militar do governo de Jair Bolsonaro. De acordo com a notícia, “os militares foram relegados ao segundo plano” não apenas no Planalto, mas também nas pastas de coordenação do combate à pandemia, mostrando que o governo tem distanciado gerais que estão no poder. Ainda que existam áreas nas quais o controle militar é presente – como a Petrobrás e Itapu –, fato é que o “Centrão” “já mira outros postos para ampliar a influência”, ocupando o espaço que era dos militares. Consonantemente, o jornal *Correio Braziliense* atestou que a ascensão de Nogueira à Casa Civil indica uma “mensagem de que a política está finalmente entregue aos profissionais”, implicando assim em uma “esperada diminuição de espaço dos militares”, os quais, na avaliação do periódico, seriam “pouco hábeis” em articulações com lideranças do Congresso Nacional. Trazendo a opinião do professor Eduardo Galvão, avaliou-se que a presença de Nogueira seria uma mudança na configuração do Executivo federal em desfavor dos militares, visto a importância da Casa Civil na elaboração de políticas públicas para a União. Contudo, o *Correio* também apontou que a desmilitarização não será fácil, já que os oficiais indicam que não irão ceder facilmente e “nem ficarão com o ônus da incompetência no trato com o Legislativo”. Além disso, avaliando que a entrada de Nogueira na Casa Civil seria para apaziguar os possíveis danos que a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da covid-19 do Senado Federal pode causar ao governo Bolsonaro, o *Correio* também afirmou que será difícil que o novo ministro dissocie os militares das “estranhas transações” investigadas pelos senadores, especialmente considerando a forte presença de militares no Ministério da Saúde durante a pandemia de covid-19. A partir disso, o jornal discorreu sobre diversos temores das Forças Armadas com a conjuntura atual, como o desgaste da sua imagem potencializado não só pela CPI como também pela impopularidade do presidente Bolsonaro. Até a indicação de Nogueira, valia a pena para os militares permanecerem no governo e, futuramente, tentar recuperar dos desgastes. Porém, com a reforma ministerial, os militares estariam reavaliando se tal posição é correta, visto as expectativas da sociedade brasileira para com as Forças Armadas. Além disso, outro temor dos militares é que o “Centrão” tente “minar a influência dos fardados” no governo, para então culpabilizá-los pelos fracassos da gestão Bolsonaro. Outrossim, o *Correio* também reportou as afirmações feitas pelo vice-presidente da República, o general Hamilton Mourão, sobre seu cargo. Segundo o *Correio*, Mourão – que assim como a ala militar foi “escanteado por Bolsonaro” – afirmou que não pensa em deixar o cargo, ainda que esteja sendo cotejado para compor outras chapas para as próximas eleições. Utilizando as redes sociais para se manifestar, vice-presidente não hesitou em divergir de Bolsonaro, chegando a repudiar “veementemente a ideia de não aceitar que o pleito de 2022 seja feito sem voto impresso”. Por fim, a reportagem destacou que, para pessoas próximas a Mourão, seu distanciamento é reflexo de sua postura mais “ponderada” e da tentativa de “chegar em 2022 ‘livre’ de qualquer conexão com o presidente”. (*Correio Braziliense - Poder -*

01/08/21; Correio Braziliense - Poder - 02/08/21; Folha de S. Paulo - Poder - 01/08/21)

6- Pensões a dependentes de ex-ministros do Superior Tribunal Militar somaram gasto público bilionário

De acordo com o jornal *Folha de S. Paulo*, uma investigação revelou que pensões aos dependentes de ex-ministros do Superior Tribunal Militar (STM) somaram R\$ 27 milhões a mais para os cofres públicos por conta de uma brecha na lei. Segundo o periódico, 64 viúvas e filhos de militares que ocuparam cargos na Justiça Militar receberam pensões 31% mais altas do que outras pensões de militares das altas patentes das Forças Armadas, representando um total de R\$ 83,7 mil a cada ano para cada pensionista. Isso somente foi possível devido a uma transformação ocorrida no pagamento de pensões: ao ficar responsável, em 2011, pelo pagamento do benefício a “dependentes de generais, brigadeiros e almirantes que morreram após o exercício do cargo de ministro do tribunal”, o STM acabou repassando pensões mesmo para aqueles que apenas contribuíram no âmbito das Forças, o que “turbinou” o montante. Nesse sentido, “o valor das contribuições pagas pelos militares em vida não cobre o valor [dessas] pensões, o que gera um gasto público bilionário”. (Folha de S. Paulo - Poder - 01/08/21)

7- Justiça Federal determinou abertura de investigação contra colégio militar

De acordo com o periódico *Folha de S. Paulo*, a Justiça Federal de Minas Gerais acolheu a denúncia do Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Federal (Sindsep) e determinou abertura de investigação contra o comando do Colégio Militar de Belo Horizonte (CMBH), atualmente administrado pelo Exército. Em setembro de 2020, o sindicato havia obtido liminar para que os professores civis do colégio lecionassem apenas remotamente durante a pandemia, determinação que o Sindsep acusa a direção do colégio de ter violado ao obrigá-los a frequentar a instituição para cumprir outras tarefas, como “abrir portas das salas e trocar jalecos”. No documento, o juiz William Ken Aoki afirmou que “ao contrário do que pode eventual e inconstitucionalmente pensar de forma autoritária o Comando do CMBH, às Forças Armadas não foi dado nenhum tipo de poder moderador pela Constituição de 1988, muito menos nenhuma autoridade que autorize descumprir o Poder Judiciário”. O juiz também citou a ditadura militar (1964-1985), sublinhando que “nunca mais desejamos um regime autoritário em terras Brasileiras, pela corrupção, pelas atrocidades cometidas, pelas violações inomináveis aos direitos humanos e pelas inúmeras vidas inocentes de patriotas que foram ceifadas pelo regime de exceção”. A investigação também deve apurar se a decisão partiu do comando do colégio ou de autoridade hierarquicamente superior. Em nota, o Exército afirmou que todas as atividades dos colégios militares “seguem de acordo com as decisões determinadas pela Justiça, não cabendo à instituição avaliar e sim cumprir”. (Folha de S. Paulo - Cotidiano - 31/07/21)

8- Comissão Parlamentar de Inquérito da covid-19 continuará investigações contra oficiais das Forças Armadas

De acordo com reportagens dos periódicos *Correio Braziliense* e *O Estado de S. Paulo*, a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da covid-19 do Senado Federal avaliaria se o ministro da Defesa, general Walter Souza Braga Netto, deverá ou não depor perante os parlamentares. Segundo o jornal, no dia 02/08/21, os senadores iniciariam informalmente conversas sobre o caso, para então votar a questão. O requerimento de convocação é de autoria do senador Alessandro Vieira. Caso convocado, Braga Netto deverá prestar explicações sobre o período em que chefiou a Casa Civil (fevereiro a abril de 2020), com a CPI apurando se houve pressão no Ministério da Saúde para o fechamento de contratos. Na avaliação dos jornais, os parlamentares estão insatisfeitos com atitudes de Braga Netto, visto o conflito eclodido entre o ministro e o presidente da CPI, senador Omar José Abdel Aziz, além da declaração do militar condicionando as eleições de 2022 à aprovação do voto impresso. Adicionalmente, o jornal também lembrou que o presidente da Agência de Vigilância Sanitária (Anvisa), almirante Antonio Barras Torres, disse em seu depoimento que Braga Netto atuou na tentativa de mudar a bula da cloroquina para que seu uso fosse aconselhado no tratamento contra covid-19, uma das linhas de investigação da CPI. Segundo o jornal *Folha de S. Paulo*, a CPI deverá encerrar as investigações referentes aos casos covaxin e Davati, para então se concentrar em “novas frentes de apuração”. Nisso, os senadores discutem sobre pautas como uma reconvocação do ex-ministro da Saúde e general da ativa, Eduardo Pazuello, para depor, não sendo consensual entre todos os partícipes se deveriam ou não priorizar o militar. Contudo, a *Folha* apontou que uma nova oitiva com Pazuello é vista pelos senadores como “um momento fundamental das investigações”, tendo sido uma pauta que “ganhou força” com novos indícios de irregularidades e corrupção no Ministério da Saúde durante sua gestão, havendo inclusive parlamentares que dizem ser necessário uma maior análise de elementos antes da convocação. A *Folha* ressaltou que Pazuello tem sido acusado de ter mentido em oitiva passada, além do envolvimento do militar com uma compra suspeita do imunizante coronavac e com negociações sobre a vacina covaxin. Sobre as investigações do contrato irregular para a compra desta última vacina, a *Folha* informou que há o registro de oito chamadas do telefone de um capitão de mar e guerra que ocupa cargo no ministério da Defesa, e outras quatro do senador Luis Carlos Heinze (PP-RS), no celular de Emanuela Medrades, diretora da Precisa Medicamentos. Anteriormente já havia sido apontado o intenso fluxo de ligações do telefone da diretora aos principais gabinetes do Ministério da Saúde, simultânea à primeira proposta de negociação da covaxin. A *Folha* procurou o capitão da Marinha por três dias para questioná-lo a respeito das ligações e não obteve resposta, e Heinze afirma não se lembrar da ligação, por ligar para muitas pessoas diariamente. (*Correio Braziliense* - Poder - 01/08/21; *Folha de S. Paulo* - Poder - 02/08/21; *Folha de S. Paulo* - Poder - 03/08/21; *O Estado de S. Paulo* - Política - 01/08/21)

9- Jornais retrataram perseguições durante a ditadura militar

Em textos, o jornal *Folha de S. Paulo* discorreu sobre a perseguição ocorrida durante a ditadura militar (1964-1985) no Brasil. Primeiramente, em uma coluna opinativa escrita pelo diplomata Alexandre Vidal Porto, comentou-se sobre a

figura do embaixador José Pinheiro Jobim (1909-1979) em razão do fato de que Jobim foi escolhido por uma turma do Instituto Rio Branco - instituição que forma o corpo diplomático brasileiro - como seu “patrono” - uma figura que serve de inspiração e exemplo para a turma. Vidal Porto classificou que “a escolha não poderia ter sido mais justa e acertada” e relatou como Jobim construiu uma carreira de sucesso na diplomacia ao mesmo tempo que não se envolvia em “ativismo político”. Contudo, em 1979, quando Jobim já estava aposentado, compareceu à posse do presidente João Baptista Figueiredo em Brasília, evento no qual comentou que estava escrevendo um livro de memórias em que relataria denúncias de superfaturamentos na construção da Usina Hidroelétrica Itaipu, feita durante a ditadura e com sua participação nas negociações. Sete dias depois do ocorrido, o diplomata foi ao Rio de Janeiro e lá foi tido como desaparecido. Por fim, seu corpo foi encontrado na cidade pendurado em uma árvore pelo pescoço para simular um suicídio, causa essa acolhida no inquérito policial. Contudo, Jobim deixou um bilhete para uma testemunha alertando de seu sequestro, o qual foi entregue para a viúva e a filha do embaixador. A partir disso, ambas “batalharam judicialmente” para esclarecer melhor a morte do diplomata. Em 2018, o Estado brasileiro por fim reconheceu sua responsabilidade na morte e tortura de Jobim, classificando o episódio como “um crime de Estado, consumado por motivação exclusivamente política”. A partir de então, o atestado de óbito de Jobim passou a incluir que sua morte não foi natural, mas sim violenta e causada pelo Estado brasileiro e pela perseguição política contra a oposição durante a ditadura. Pelo relatado, Vidal Porto concluiu que a morte de Jobim foi um “caso de queima de arquivo”. Finalmente, o colunista conclui que os “jovens diplomatas” devem honrar a memória de Jobim, além de terem ciência de que a “falta de democracia” pode infligir prejuízos a sua classe e ao Ministério das Relações Exteriores. Em reportagem, a *Folha* relatou como a comunidade lésbica foi tratada durante a ditadura a partir de informações agrupadas pelo Arquivo Lésbico Brasileiro (ALB), um acervo que busca reunir e disponibilizar publicamente documentos históricos, como notas, panfletos, chamados de protestos e peças de mídia sobre lesbianidade no Brasil. Segundo o jornal, a repressão dos militares também atingiu mulheres homossexuais, a exemplo da chamada “Operação Sapatão”, imposta em São Paulo pelo delegado José Wilson Richetti nos anos 1980, que perseguia redutos lésbicos na capital paulista apenas pela orientação sexual das envolvidas, baseando-se no crime de “vadiagem” e visando “limpar” a área central da presença de prostitutas, travestis e homossexuais”. Na Comissão da Verdade do Estado de São Paulo, a Operação foi apurada e Richetti foi citado como perseguidor da comunidade LGBTQIA+ em São Paulo. Ademais, em uma dessas operações ocorrida em 1983, apelidada de “pequeno Stonewall brasileiro”, ativistas do Grupo de Ação Lésbica-Feminista (Galf) foram proibidas de vender um jornal próprio em um bar lésbico em São Paulo e, em resposta, a comunidade ocupou o bar. Outro episódio retratado envolveu a apresentadora de televisão Hebe Camargo, que foi ameaçada de censura por levar Rosely Roth, uma integrante do Galf e pioneira no movimento lésbico, para seu programa, acusando-a de induzir e fazer apologia “ao homossexualismo”. Segundo a historiadora e partícipe do ALB, Julia Kumpera, era comum que a perseguição ocorresse na forma de censura, atingindo inclusive obras culturais que retratassem a lesbianidade - chamada na época de “perversão sexual” - ou cenas homoeróticas ou homoafetivas, dizendo que o conteúdo contribui para a

“má educação do povo”. O ABL é atualmente financiado coletivamente, tendo planos para preservar o acervo físico ao mesmo tempo que o digitalizará. Ainda lembrando a ditadura militar, conforme publicado pelo *O Estado de S. Paulo*, o novo longa nomeado “Ana.”, que chegou aos cinemas no dia 29/07/21, tem como foco “a luta das mulheres contra as ditaduras”. A produção teve seu roteiro baseado em uma “trilha” formada por cartas mandadas por mulheres durante o regime militar, e é de autoria da cineasta e jornalista Lúcia Murat, de 72 anos. A autora, em sua juventude, foi guerrilheira e militante no movimento estudantil, sendo, também, alvo das torturas da ditadura militar. (Folha de S. Paulo - Opinião - 02/08/21; Folha de S. Paulo - Poder - 02/08/21; O Estado de S. Paulo - Política - 04/08/21)

10- Em entrevista, capitão da Polícia Militar abordou a influência do ideário das Forças Armadas na segurança pública

Em entrevista ao jornal *Folha de S. Paulo*, o capitão da Polícia Militar (PM) e sociólogo Fábio França abordou temas que envolvem a atuação da corporação. Primeiramente, o jornal caracterizou o entrevistado como “uma voz crítica” dentro das forças policiais, por questionar a formação dos PMs, e como um especialista no assunto, tendo o pesquisado academicamente os depoimentos que colheu junto a alunos do Estágio de Operações Táticas com Apoio de Motocicletas da PM. Quando questionado sobre a origem da violência nos treinamentos da polícia, França disse que é cultural na corporação que haja uma necessidade de sofrimento na formação de um oficial e justificou que a origem dessa mentalidade está em uma “cultura militarizada” que vem das Forças Armadas, onde os seus integrantes são preparados para a guerra: “se ocorresse uma guerra no país, eles teriam que estar preparados para matar e naturalizar a morte”. França apontou uma contradição em razão do fato das PMs não serem parte das Forças Armadas, e uma singularidade da corporação, sendo essa mentalidade forjada “com base na hierarquia e na disciplina do Exército”, algo que foi apontado como uma das causas da violência policial, já que no contato com as pessoas, o policial pode produzi-la simbólica ou fisicamente. França também comentou que a solução está numa humanização do ensino e abandono da “lógica militar”. Além disso, em outro momento, o entrevistado também comentou sobre sua experiência com os alunos ainda em formação no curso de força tática, relatando que eles passavam “por situações como privação de sono, humilhação, comida servida misturada com mão suja”, sendo estes “testes de sobrevivência” que vêm do período militar e do ideário cultural beligerante do Exército. França chamou esse método de “pedagogia do sofrimento”, e o vê como inquestionado dentro da corporação. (Folha de S. Paulo - Cotidiano - 02/08/21)

11- Jornal entrevistou general que chefiava a Secretaria de Segurança Pública do estado de São Paulo

Em uma reportagem e uma entrevista, o jornal *O Estado de S. Paulo* abordou a trajetória de João Camilo Pires de Campos, conhecido como “o general do Dória” em razão de sua proximidade com o governador do estado de São Paulo, João Dória. O militar atua na Secretaria de Segurança Pública de São Paulo desde janeiro de 2019, porém, no passado, esteve duas vezes à frente do Comando

Militar do Sudeste (CMSE), ainda se mantendo próximo dos “colegas de Exército”, os quais já o procuraram para saber informações sobre Doria. Campos tem formação militar na Escola Preparatória de Cadetes do Exército e foi no posto no CMSE onde teve seus primeiros contatos com o então governador paulista, Geraldo Alckmin, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), mesmo partido de Doria. Na sua trajetória nas Forças Armadas, Campos participou de Operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLOs) no Rio de Janeiro. Em 2018, fez parte da campanha presidencial de Alckmin, época em que as Polícias Militares (PMs) questionavam a administração do partido na Segurança Pública, querendo mais espaço na secretaria. Por fim, em 2019, o recém-empossado governador escalou Campos improvisadamente para pacificar tais queixas, um “arranjo de poder no contexto da volta dos militares à política nacional”. Segundo o *Estado*, apesar de ter iniciado seu percurso na Secretaria sem entender muito do assunto, Campos utilizou-se da experiência no Exército, lembrando, por exemplo, de seus contatos enquanto comandante do CMSE com policiais civis e militares, algo que foi usado na Secretaria quando tentou apaziguar o conflito entre as duas classes por protagonismo. Em sua gestão, o militar atuou para “conter a corrosão que o bolsonarismo provocou em outras polícias estaduais” (como o motim que ocorreu no Ceará ou os episódios de violência contra opositores de Bolsonaro em Pernambuco) de acontecer em São Paulo, prevenindo uma maior politização da PM paulista através de uma postura “afável e conversa mesmo com quem discorda”. Segundo o *Estado*, insubordinação nas polícias de São Paulo é uma “ameaça real”, visto que já foram registrados flagrantes de agentes defendendo o uso da violência contra manifestantes de oposição ao presidente da República. Segundo o sociólogo Renato Sérgio de Lima, Campos “trouxo para a Segurança a ideia de controle na ponta da linha, que existe no Exército”. A respeito do governo do presidente da República, Jair Bolsonaro, e de suas ameaças antidemocráticas contra as urnas eletrônicas, resultando no que o jornal chamou de um “clima de golpe que ronda o País”, Campos disse que o Exército não irá “embarcar em nenhuma aventura” e que a Força continua sendo a mesma que era antes da eleição de Bolsonaro em 2018. O secretário retratou os militares de forma muito elogiosa, discorrendo sobre sua base e sistemas, destacando a educação e cultura como fontes de valores. Além disso, o militar também disse que os integrantes do Alto Comando do Exército, seus conhecidos, estão “comprometidos com os princípios de neutralidade, isenção e apartidarismo”. A respeito do projeto de emenda constitucional (PEC) que busca afastar militares de cargos de natureza civil, Campos disse que “há funções fora da Força que são dedicadas” e típicas de profissionais da ativa, como o Gabinete de Segurança Institucional e o Ministério da Defesa, nas quais não há inconveniência. Contudo, o secretário também disse que, para outros setores, ele não concorda que o perfil militar os ocupem. Ainda assim, ressaltou que caso o indivíduo seja da reserva, não há tanto problema, visto que estes recebem uma “educação continuada” e carregam um perfil bem preparado em várias áreas. Sobre os prospectos para 2022, Campos disse que não pretende ser candidato como outros militares conhecidos seus foram em 2018, mas que ainda não tem certeza de seu futuro. Além disso, quando questionado se assumiria o Ministério da Defesa em um possível governo presidencial do governador João Doria, possível candidato para 2022, Campos disse que nunca conversou com o psdbista sobre o assunto. Também sobre o futuro, o presidente do PSDB paulista, Marco Vinholi, disse que o partido

apoiará o secretário caso queira concorrer a um cargo eletivo, dizendo que ele “é um general com o perfil do Doria”. (O Estado de S. Paulo - Política - 02/08/21)

12- Coluna discutiu o uso da bandeira nacional na história do Brasil

Em coluna opinativa publicada no jornal *O Estado de S. Paulo*, Ricardo Oriá, doutor em Educação pela Universidade de São Paulo, discorreu sobre a bandeira nacional brasileira, descrita como um símbolo constituinte do Estado nacional e da identidade do Brasil e retratada como uma fonte de orgulho e patriotismo para os seus cidadãos. A respeito da história, segundo José Murilo de Carvalho, a conexão com o povo se fortaleceu a partir da Guerra do Paraguai (1864-1870), quando a bandeira passou a ser mais conhecida e popularizada entre todas as camadas da sociedade brasileira, já que os soldados e escravos a recebiam quando adentravam nos pelotões. Assim, surgiram os chamados “voluntários da pátria”, que juravam lutar e morrer em prol do Brasil e exaltavam a bandeira como símbolo máximo da sua nacionalidade. Contudo, segundo Oriá, houve momentos de maior conflito entre o povo brasileiro e o símbolo pátrio, como durante a ditadura militar (1964-1985), quando as cores nacionais foram apropriadas para serem usadas em desfiles cívicos e paradas militares. Naquele momento, ser patriota e adotar o verde e amarelo indicava, no imaginário, aceitar o regime ditatorial e suas constantes violações de direitos humanos e perseguições. Paralelamente, em 1971 promulgou-se a Lei nº5.700 que impediu o uso cotidiano da bandeira. Nas Diretas Já (1984), houve uma ressignificação, com a bandeira sendo identificada pelos brasileiros a favor da redemocratização do país e das eleições diretas à Presidência da República, algo frontalmente oposto aos militares. Hoje, em 2021, o seu uso está associado a “defensores sectários” do governo de Jair Bolsonaro e da sua parcela que defende a volta do autoritarismo, incluindo a defesa do Ato Institucional nº 5, advindo da ditadura. Por fim, Oriá clamou por um resgate da bandeira nacional e das cores nacionais, desassociando-as do autoritarismo e dos pedidos por intervenção militar, sugerindo inclusive a volta de legislações que regulem o uso dos símbolos pátrios em manifestações autoritárias. Na avaliação do educador, a bandeira foi criada para “unir e cultivar um sentimento de pertencimento entre os cidadãos e a nação”, e não para servir a um modelo de governo. (O Estado de S. Paulo - Política - 02/08/21)

13- Orçamento de Defesa é alvo de discussão

Segundo o periódico *Correio Braziliense*, uma questão orçamentária que deverá ser discutida no Brasil em tempos futuros será a atualização da Estratégia Nacional de Defesa (END), na qual se estabelece que o Ministério da Defesa deverá ter recursos equivalentes a 2% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro. O percentual tomou forma com a proposta do Plano Estratégico Setorial do Ministério da Defesa, o qual vale para o período entre 2020 até 2031 e foi enviado ao Legislativo em junho de 2020. Para o *Correio*, o aumento do orçamento para a Defesa pode “causar barulho” e tem “potencial de desestabilizar ainda mais as contas do governo federal”, visto que geraria dúvidas sobre qual setor econômico iria “lidar com esse abacaxi”, isto é, financiá-lo frente à escassez do erário e as disputas já existentes por dinheiro público. O *Correio* também ressaltou que o governo do presidente da República, Jair

Bolsonaro, descumpre uma de suas promessas de campanha, a de melhorar a qualidade das contas públicas, as quais estão “no vermelho” desde 2014. Outra questão também complicadora da proposta é o teto de gastos, que limita o gasto da máquina pública e, no caso de 2022, resultou em uma diminuída margem de ação para o ano. Uma das fontes possíveis para financiar o novo gasto é um aumento de impostos ou cortes em despesas já existentes e não obrigatórias. Quando questionado, o Ministério da Economia preferiu não comentar o assunto. O jornal destacou que o destino dos novos recursos foi pouco especificado; entretanto, o Ministério da Defesa garantiu que não haverá novos aumentos de gastos com pessoal, mas sim “investimentos estratégicos”, tais como modernizações, manutenções, operações e pagamento de contratos firmados, “a fim de permitir o cumprimento das missões constitucional e subsidiárias das Forças Armadas” e “garantir a manutenção da soberania nacional”, segundo o Ministério. Outrossim, a pasta ressaltou que os gastos serão “relevantes para o desenvolvimento e progresso do Estado brasileiro” e contribuirão economicamente com a garantia de empregos e renda em diversos setores, além de fomentar pesquisas técnico-científicas. Juntamente com a proposta orçamentária, o Legislativo também discute atualizações na Política Nacional de Defesa (PND) e no Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN). Especialistas consultados pelo *Correio* afirmaram que o aumento dos gastos na Defesa não deve se confirmar, uma vez que setores ligados à recuperação econômica pós pandemia devem ser priorizados. Segundo o secretário-geral da Associação de Contas Abertas, Gil Castello Branco, no momento “falta dinheiro em todos os setores” e a Defesa “não pode ser uma ilha de prosperidade em um oceano de dificuldades”, contrastando com os privilégios que Bolsonaro já concedeu aos militares. Segundo o pesquisador Diego Lopes da Silva, do Instituto Internacional de Pesquisas para a Paz de Estocolmo (Sipri) e do Gedes, o Brasil deveria ter um debate mais claro sobre o assunto, com maiores esclarecimentos sobre os gastos militares e sobre o porquê de se chegar à conclusão da necessidade de 2% do PIB, e caso tal número seja adotado sem a aprovação do Congresso, isso será “um retrocesso para a nossa democracia”. Ademais, da Silva também afirmou que o número provavelmente serve para emular os países membros da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan), o que é inadequado visto que o contexto geopolítico de tais Estados é distinto do brasileiro. Na avaliação do professor Marcos José Barbieri Ferreira, os gastos de defesa no Brasil são mal distribuídos, com pouco investimento para as dimensões continentais do país e muitos gastos com pessoal, aposentadorias e pensões, representando segundo ele 30% da folha de pagamentos do setor, um número que tende a aumentar. Entre 2020 e 2021, segundo o Sipri, os gastos com Defesa estavam em 1,4% do PIB, comparável aos gastos da Alemanha e sendo proporcionalmente maior que o do Japão. Em 2020, isso equivaleu a US\$19,7 bilhões, colocando o Brasil como 15º país que mais gasta em termos absolutos com suas Forças Armadas, algo similar ao gasto líquido feito por Israel. Porém, caso os 2% sejam aprovados, estima-se que isso seria equivalente a R\$51,8 bilhões. (*Correio Braziliense - Brasil - 03/08/21*)

14- Livro analisa volta de militares ao poder

Em reportagem da *Folha de S. Paulo*, o jornalista Igor Gielow teceu críticas ao livro ‘Dano Colateral’ da jornalista Natália Viana, que relaciona a “ação na

segurança pública à volta dos militares na política”. O trabalho de Viana buscou mapear a cronologia do processo que levou a volta dos militares ao poder, que tem se mostrado repetitivo desde 1889. Gielow destacou que o melhor conteúdo do livro é a reportagem que analisa “35 mortes de civis em conflito com forças militares brasileiras nas chamadas GLOs (Operações de Garantia de Lei e de Ordem)”, instrumento esse que chegou a ser usado 11 vezes em ações em um só ano de governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). Na avaliação de Gielow, o texto possui viés esquerdista e tem êxito “ao tentar caracterizar as GLOs e o Haiti como berços do militarismo do governo federal”. A autora disserta a respeito do ciclo do papel militar de “lei e ordem” na história do país, e ressalta o uso que presidente Bolsonaro faz do artigo 142 da constituição de 1988 sempre que esse o favorece. (Folha de S. Paulo - Cotidiano - 03/08/21)

15- Operações contra o desmatamento na Amazônia incluem uso de drones

Em entrevista ao periódico *Correio Braziliense*, o presidente do Grupo de Trabalho do Sistema Aéreo Remotamente Pilotado (SARP), brigadeiro Marcello Lobão Schiavo, comentou sobre o uso de drones nas operações de proteção ambiental, como a Operação Samaúma, que atua nos estados do Amazonas, do Pará, de Rondônia e de Mato Grosso. Segundo Schiavo, esse tipo de operação já rendeu aproximadamente R\$50 milhões em multas e a apreensão de mais de 500 mil metros cúbicos de madeira. Além disso, Schiavo exaltou a velocidade, economia, precisão e discricção que os drones dão às operações ambientais. Schiavo disse que “o uso do SARP proporciona fazer mais ações no terreno em comparação com aeronaves convencionais” e ressaltou que o objetivo é a redução do desmatamento. (Correio Braziliense - Brasil - 06/08/21)

16- Secretária do Ministério da Saúde solicitou auxílio militar em operação a favor de tratamento ineficaz para a covid-19

Segundo reportagem da *Folha de S. Paulo*, Mayra Pinheiro, secretária de Gestão do Trabalho e da Educação do Ministério da Saúde, pediu que os militares da Casa Militar do governo do Amazonas cuidassem de todos os traslados da comitiva de médicos organizada por ela, que tinha o objetivo de pregar o uso de remédios sem eficácia comprovada para o tratamento da covid-19 nas Unidades Básicas de Saúde da região. Em janeiro de 2021, no pico da crise de saúde no estado do Amazonas, a operação foi organizada por Mayra e paga com recursos públicos, a fim de pressionar a prefeitura de Manaus e os profissionais locais a receitarem remédios para o tratamento precoce da covid-19, como a ivermectina e a hidroxicloroquina. (Folha de S. Paulo - Poder - 06/08/21)

17- Estados Unidos propõe cooperação militar em troca de banimento de empresas chinesas do mercado de 5G brasileiro

De acordo com o periódico *Folha de S. Paulo*, Jake Sullivan, Conselheiro de Segurança Nacional dos Estados Unidos, se encontrou com o ministro da Defesa, Walter Souza Braga Netto, e com o presidente da República, Jair Bolsonaro. Sullivan se posicionou contra a participação de empresas chinesas, como a Huawei, no leilão do 5G brasileiro, e em troca, assegurou o apoio estadunidense para que o Brasil participe da Organização do Tratado do

Atlântico Norte (OTAN) como sócio global. A mensagem de Sullivan foi que tal apoio depende necessariamente do veto à participação chinesa no mercado de 5G brasileiro. Segundo a *Folha*, essa pressão esteve muito presente no governo de Donald Trump, e continua a ser uma das prioridades diplomáticas do governo de Joe Biden, argumentando que a presença de fornecedores não confiáveis em redes de comunicação 5G é um empecilho à cooperação de defesa e segurança. O jornal também esclareceu que a posição de sócio global da OTAN permite condições especiais para a compra de armamentos e tecnologia bélica, especialização e capacitação de tropas e assistência no caso de conflitos. Para alcançar essa posição, é necessário o aval dos outros integrantes da OTAN, mas mesmo assim, o apoio dos Estados Unidos é primordial. Atualmente, o tema divide opiniões dentro da ala militar, de modo que membros do Gabinete de Segurança Institucional são a favor do banimento das empresas chinesas, enquanto outros militares observam favoravelmente a atuação da Huawei no Brasil. No início do mês de julho, William Burns, chefe da agência de inteligência americana (CIA), também esteve em Brasília para discutir o tema com Bolsonaro e outras autoridades brasileiras. (Folha de S. Paulo - Mundo - 06/08/21)

SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense – www.correioweb.com.br

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

*Informamos que o conteúdo na íntegra dos jornais Correio Braziliense, Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

Equipe:

Beatriz Grasião Campos (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Davi Campos Matos (Redator, graduando em Relações Internacionais, bolsista PIBEX); Débora Cruz Silva (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Gabriela Araujo da Silva (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Giovani Nunes de Aguiar (Redator, graduando em Relações Internacionais); Giovanna Palas Soares Santos (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Gislaine Amaral Silva (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Grazielly Dourado Santos (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Heed Mariano Silva Pereira (Supervisora, graduada em Relações Internacionais); Isadora Antunes Botelho (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Juliana de Paula Bigatão (Supervisora, doutora em Relações Internacionais); Laura Meneghim Donadelli (Supervisora, doutoranda em Relações Internacionais, bolsista CAPES); Leticia Beneves (Redatora, graduanda em Relações Internacionais, bolsista CNPq); Leonardo Pontes Vinhó (Redator, graduando em Relações Internacionais); Lucas Rizzati Iquegami

(Redator, graduando em Relações Internacionais); Rodrigo Freitas de Souza
(Redator, graduando em Relações Internacionais); Thalia Cristina Vieira Lima
(Redatora, graduanda em Relações Internacionais).